

DUNN, James D. G. *Teologia do Novo Testamento. Uma introdução*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. 253 p.

*Jairo Rivaldo da Silva*¹⁸¹

Publicado originalmente em 2009, *New Testament Theology: An introduction*, finalmente chega ao Brasil. A obra do *Scholar* (1939-2020), que já possui alguns títulos em português¹⁸², é uma grande contribuição à tradição teológica que não se contenta com formulações dogmáticas construídas a partir de proposições filosóficas deduzidas do texto bíblico. Dunn reconhece que o texto do Novo Testamento traduz um substrato teológico diferente em cada livro. Essa pluralidade que resulta de autores e perspectivas teológicas e eclesiais distintas, faz com que não seja possível falar de apenas uma teologia do Novo Testamento, mas de teologia(s), no plural. O texto começa justamente com essa provocação.

Uma outra questão introdutória, mas, norteadora para Dunn, é se o título “Teologia do Novo Testamento” se refere à teologia defendida pelos escritores dos documentos do Novo Testamento ou à teologia dos próprios documentos. O autor claramente se associa à última posição quando afirma (p. 9) que, sua preferência é entrar no processo pelo qual a Teologia do Novo Testamento surgiu para ver e tratar a teologia dos escritos do Novo Testamento como algo vivo e em movimento, uma luta por questões de fé e vida que vieram a se expressar nesses escritos e foi tanto a razão pela qual eles foram escritos em primeiro lugar, como

¹⁸¹ Doutorando em Ciências da Religião pela universidade Católica de Pernambuco. Mestre em Filosofia pela UFPE. Especialista em Teologia do Novo Testamento pela UniFil. Atualmente é professor e coordenador da pós-graduação lato sensu em teologia do STJE e Professor de Filosofia na Uninassau Caruaru-PE.

¹⁸² DUNN, James D.G. *A Teologia do Apóstolo Paulo*. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. *A Nova Perspectiva sobre Paulo*. Santo André- SP: Academia Cristã/Paulus, 2009.

_____. *Unidade e Diversidade no Novo Testamento*. Santo André-SP: Academia Cristã, 2009.

_____. *Jesus em Nova Perspectiva*. São Paulo: Paulus, 2013.

_____. *Jesus, Paulo e os Evangelhos*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2017.

também para que fossem mantidos como recursos vitais para uma vida de fé contínua, e assim serem considerados como Escritura.

O livro é dividido em seis capítulos. O Primeiro capítulo se dirige ao problema da definição do que seria a Teologia do Novo Testamento. Dunn se dirige a essa questão explorando tópicos que orbitam e possibilitam o questionamento. A primeira dessas questões é o surgimento da categoria denominada “teologia bíblica” no século XVIII. A partir da noção de teologia bíblica do Novo Testamento, Dunn identifica um problema, especificamente na palavra “bíblica”. A complexidade se revela na dificuldade de designar a propriedade da palavra. Bíblia de quem, dos judeus ou dos cristãos? Aqui nós temos um problema que, segundo Dunn, não pode ser ignorado (p. 15), a saber, que a teologia bíblica não pode ser levada a diante sem levar em conta questões fundamentais de autoidentidade e do reconhecimento mútuo no coração do diálogo judeu/cristão. Para Dunn, no coração da teologia bíblica do Novo Testamento está a interface entre uma teologia bíblica judaica e uma teologia bíblica cristã (tendo em vista que a bíblia dos cristãos no período do Novo Testamento é o Antigo Testamento).

Uma segunda questão ligada à definição de uma teologia do Novo Testamento é a questão do cânon. Para Dunn, a dificuldade neste caso, é que, durante o período em que o Novo Testamento estava sendo escrito os limites do cânon eram confusos. Havia discordância com relação a quantidade de escritos na bíblia hebraica e na LXX. Esse fato se tornará ainda mais complexo porque, como afirma Dunn, a LXX era a fonte principal para os escritores do Novo Testamento. Além disso, temos um problema adicional quando pensamos nos escritos do próprio Novo Testamento: no século I não havia cânon algum do Novo Testamento. Segundo Dunn, o máximo que podemos é falar sobre tradições de Jesus que foram valorizadas e funcionaram com autoridade, como também de cartas de Paulo que logo circularam e começaram a adquirir um tipo de status protocanônico para um círculo de igrejas em contínua expansão.

Essa parte do livro é importante porque aqui conseguimos identificar o pressuposto metodológico da abordagem de Dunn: a importância da teologia bíblica como disciplina histórica. A importância de ouvir os textos em seu contexto histórico, como eles foram ouvidos aos serem escritos pela primeira vez ou quando escritos em sua forma duradoura. Isso significa dizer que, para Dunn, existe um problema em vincular uma teologia do Novo Testamento ao cânon do Novo Testamento. O problema reside em abafar as vozes dos escritores do Novo Testamento, não valorizando sua individualidade, mas sua suposta concordância

com um credo ou regra de fé posterior (a teologia conciliar cristã do século IV). Nesse sentido Dunn faz uma indagação provocativa: “essa teologia é propriamente do Novo Testamento ou da igreja do século IV?”.

Uma terceira questão em torno da definição de uma teologia do Novo Testamento é saber se devemos falar de uma teologia ou de teologias, no plural. Para Dunn, é responsabilidade de uma teologia do Novo Testamento tornar clara a diversidade do Novo Testamento. O contrário disso seria um reducionismo ou uma aceitação acrítica da tentativa arbitrária de montar um denominador comum em que todos os autores do Novo Testamento concordaram, formando assim “a teologia do Novo Testamento”. Para Dunn, é uma questão de honestidade intelectual que o teólogo bíblico do Novo Testamento deixe claro as visões divergentes de Mateus, Marcos, Paulo, Tiago, Hebreus etc., em resumo, para Dunn, a única unidade do Novo Testamento é unidade na diversidade (p. 22-23).

A quarta e última questão relacionada à definição da(s) teologia(s) do Novo Testamento é se podemos falar de teologia propriamente dita ou de teologização do Novo Testamento. Para Dunn, produzir uma teologia do Novo Testamento foi um ideal do método histórico crítico quando do seu surgimento. O autor destaca a fixação pela exegese, conseqüentemente, a fixação pelo texto escrito reduzindo a teologia do Novo Testamento a uma espécie de ídolo estático.

Contra essa abordagem, Dunn apresenta a alternativa da teologização do Novo Testamento, entendida como uma corrente dinâmica e viva, capaz de fazer uma ponte legítima entre o que os autores do Novo Testamento primariamente disseram com questões semelhantes ou equivalentes no século XXI. Dunn ressalta que a distinção fundamental aqui não é entre uma abordagem neutra, histórica, arqueológica e congelada do texto; e outra empática, comprometida e restrita à uma comunidade de fé. Mas, uma espécie de meio termo, admitindo, por exemplo, a compreensão do texto bíblico por parte de pessoas que estão fora da fé cristã.

Um último tópico do primeiro capítulo trata da teologia de Paulo como sendo um exemplo de teologização. Dunn sustenta que Paulo é quem nos permite ver claramente o caráter da teologia do Novo Testamento como algo vivo e em movimento. Ele compara a teologia em construção em Paulo com o que ocorre com o conceito de hipóstase que foi desenvolvido para dar conta de uma questão pontual e circunstancial no século IV (defender o conceito de Deus como Trindade). Dunn conclui o capítulo apresentando a dinamicidade de Paulo como

algo que fez escola nos seus dias (uma referência às cartas deuteropaulinas) e deve fazer escola em nossos dias. Segundo ele, “nós mesmos devemos entrar no diálogo, engajar-nos teologicamente com as várias teologizações que o material paulino, pós-paulino e lucano representam” (p. 38).

O capítulo dois se ocupa com o que o autor denomina de “fatores determinantes” para uma teologia (teologizante do Novo Testamento). Dunn enumera três fatores como sendo os principais: 1) os escritos já considerados sagrados ou o Antigo Testamento; 2) a revelação de Jesus; 3) a experiência do Espírito Santo.

Sobre o primeiro, Dunn afirma que para os escritores do Novo Testamento, o Antigo Testamento foi um fator principal e determinante em sua teologização (p. 41). O autor destaca a teologização contínua que foi realizada a partir dos escritos sagrados dos judeus, mesmo antes do período do Novo Testamento. Os manuscritos do Mar Morto são uma evidência desse processo. E o início da(s) teologia(s) do Novo Testamento começa no uso que os escritores cristãos farão do Antigo Testamento.

O segundo fator determinante é a revelação de Jesus Cristo, mais especificamente o impacto da sexta-feira Santa e da Páscoa. Segundo Dunn, os fatores mencionados operam de maneira sincrônica. A morte de Jesus fornece aos seus discípulos uma perspectiva totalmente nova a respeito das Escrituras judaicas, iniciando assim o processo de teologização no Novo Testamento. Além disso, a ressurreição também tem um papel revolucionário nesse processo. O Jesus ressuscitado tornou-se uma lente através da qual os primeiros cristãos viram as Escrituras.

Uma questão levantada pelo autor é se a missão e a mensagem de Jesus são parte do que ele está chamando de teologização. A pergunta é pertinente porque, nos estudos do Novo Testamento, a tese de Rudolf Bultmann de que a teologia (teologização) do Novo Testamento teria início apenas no *kerigma* pós-pascal da igreja, reforçando a famigerada antítese entre o Jesus da história e o Cristo da fé. Segundo Dunn, essa antítese é tão nefasta quanto a antítese evangelho/lei. Para Dunn, o ministério na Galiléia, portanto, a mensagem e os atos de Jesus que aparecem nas tradições dos sinóticos já são exemplos da teologização do Novo Testamento.

O terceiro e último fator é a experiência do Espírito. Dunn afirma que a experiência do Espírito é o que caracteriza as primeiras comunidades cristãs. Isso é especialmente enfatizado na teologia paulina, joanina e lucana. É especialmente este último que, segundo Dunn, nos mostra como o cristianismo se torna uma

religião para além do judaísmo a partir de uma experiência de efusão do Espírito. Para o autor, a experiência com o Espírito é anterior a uma reflexão dogmática sobre o mesmo. Entretanto, esse fator que privilegia a experiência ao invés do racionalismo dogmático não deve ser encarado como dicotomização, mas como complementariedade.

O capítulo dois termina com uma reflexão a respeito de qual deve ser o objeto de uma teologia bíblica do Novo Testamento. O autor destaca o que chama de “quatro pilares do judaísmo do segundo templo”, a saber, 1) Deus como um; 2) a salvação; 3) a eleição de Israel e; 4) a Torá. Para Dunn, “a questão fundamental para uma teologia bíblica do Novo Testamento é se a mensagem de Jesus ou o evangelho sobre Jesus introduziu uma disjunção radical com essas características centrais do que podemos chamar de teologia bíblica de Israel” (p. 66).

No capítulo três, “A teologia de Deus”, Dunn sustenta a tese de que toda a concepção de Deus que os autores do Novo Testamento sustentam tem como fonte o que está expresso no Antigo Testamento.

Dunn sintetiza os dados herdados pelos autores do Novo Testamento em seis tópicos: a) Deus como criador e juiz; b) Deus como um só; c) o Deus de Israel; d) Deus como transcendente e imanente; e) intermediários angélicos; f) a sabedoria/palavra de Deus.

A exemplo do que faz em sua *Teologia do Apóstolo Paulo*¹⁸³ onde alguns desses tópicos aparecem, a análise de Dunn não possui qualquer vínculo confessional; antes, o autor procede como um genealogista, descortinando a origem de conceitos e compreensões herdadas pelo judaísmo e pelo cristianismo.

Um tópico central nesse capítulo gira em torno do sentido de Jesus Cristo (cristologia) em relação à teologia herdada pelos autores do Novo Testamento. Dunn destaca o *Evento Cristo* como algo que transforma o modo de fazer teologia no Novo Testamento (p. 70). Ele analisa os títulos messiânicos Mestre e profeta, Messias, Filho do homem, Filho de Deus e Senhor para resumir que “é difícil evitar a conclusão, portanto, de que os primeiros teólogos cristãos seguiram a tendência de teologização judaica evidente na tradição da sabedoria de Israel em Fílon e encontraram nela uma maneira frutífera de dar sentido ao significado que se tinha tornado cada vez mais evidente na missão de Jesus e na sua ressurreição e exaltação” (p. 101).

¹⁸³ DUNN, James D. G. *A Teologia do Apóstolo Paulo*. São Paulo: Paulus, 2003, p. 55-80.

Um último, e não menos polêmico tópico do capítulo três, é uma livre e qualificada discussão sobre se os primeiros cristãos pensavam em Jesus como Deus. Dunn analisa os textos da bíblia hebraica, do judaísmo pós-exílico e do Novo Testamento, reconhecendo que a questão de saber se os primeiros cristãos adoravam Jesus como Deus é mais complexa do que muitos reconhecem. Um exemplo dessa complexidade está no uso paulino de alguns termos ligados à adoração. Dunn identifica uma certa reserva em Paulo, especialmente, quando o apóstolo usa palavras de agradecimento (que são sempre dirigidas à Deus; nunca a Cristo ou ao Senhor). Sua conclusão após a análise desse uso é a de que “há aqui uma reserva que, se não for notada, pode ser perdida de vista, deixando-nos com uma apreciação imperfeita de *teo-logia* de Paulo” (p. 105).

O capítulo quatro é uma análise da teologia da salvação. Dunn inicia com uma definição ampla do termo “salvação”, demonstrando como o termo surge da condição de fragilidade humana até receber a aceção religiosa com a qual é intuitivamente associado.

Em continuidade a sua abordagem de que a teologia do Novo Testamento é uma *teologização* da herança teológica das Escrituras de Israel, Dunn enumera cinco tópicos dessa herança: a) Deus como Salvador; b) A iniciativa de Deus; c) A fidelidade de Deus; d) Diversas imagens da salvação; e) A esperança da salvação.

No entanto, os tópicos acima são reformulados e ressignificados pelo *Evento Cristo*. A partir deste evento, segundo Dunn, a teologia da salvação no Novo Testamento pode ser resumida em mais cinco tópicos: a) Escatologia realizada; b) A nova aliança; c) Espaço sagrado e expiação; d) Diversas imagens da salvação e; e) A esperança da salvação.

Dunn destaca que a base para uma escatologia realizada está na concepção escatológica do próprio Jesus (Lc 4. 18-21). Além disso, a ressurreição de Jesus era, segundo Dunn, o início da ressurreição geral na compreensão dos primeiros cristãos.

A ideia de uma nova aliança (um novo testamento) está intimamente ligada à morte de Jesus. Dunn afirma que o mais surpreendente na ideia de uma nova aliança é a convicção dos primeiros cristãos seriam os seus destinatários. Contudo, o autor demonstra como essa convicção já estava presente no judaísmo, especialmente em Qumran (p. 125).

O ponto alto deste capítulo é, sem dúvidas, a discussão do papel do Templo no Novo Testamento. Dunn sustenta que esse é um relacionamento ambíguo e confuso. A começar pelo relacionamento de Jesus com o Templo. Conforme o registro dos evangelistas, algumas perguntas ficam sem respostas. Jesus frequentava o templo em suas visitas a Jerusalém. Isso significa dizer que deve ter observado a pureza ritual de acordo com a lei (o que, possivelmente, deve ter servido de base para os judaizantes e os cristãos de Jerusalém continuarem frequentando e venerando aquele espaço sagrado). Entretanto, destaca Dunn, Jesus é lembrado, na tradição dos evangelhos, como alguém que criticou o templo e previu a sua destruição. Isso também deve ter servido de base para a relação conflituosa dos helenistas como Estevão serem contra o templo no livro de Atos.

Uma questão nevrálgica, relacionada ao culto do templo, é a questão da expiação e da morte de Jesus como expiação. Dunn afirma que a morte de Jesus é imaginada de várias maneiras pelos autores do Novo Testamento. Isso inclui o mesmo destino dos outros profetas (At 7.52), a morte de um mártir (Rm 5. 6-8), a vindicação do sofrimento injusto (At 3. 13,26), o preço da redenção da escravidão (1 Co 6.19,20), o ato reconciliador (Rm 5.10), a vitória sobre os poderes malignos (Cl 2. 15), a conquista do poder da morte (Rm 6.9), mas a imagem mais poderosa e duradoura é a do sacrifício expiatório, o sacrifício pelos pecados (Jo 1.29).

Segundo Dunn, a diversidade de concepções no que diz respeito ao significado da morte de Jesus nos levam a duas questões que ainda precisam ser respondidas: será que o abandono do sacrifício expiatório foi simplesmente um outro aspecto do afastamento mais geral do culto de Jerusalém? Ou será que a compreensão da morte de Jesus como expiação era tão central para a mais antiga teologia cristã, que recorrer ao sacrifício do culto era simplesmente inimaginável? (p. 131).

Os dois últimos tópicos deste capítulo estão relacionados à escatologia realizada, especialmente, as diversas imagens de salvação no Novo Testamento e a esperança cristã. Sobre o primeiro, o autor destaca conceitos como redenção, herança, reconciliação, arrependimento e justificação. Sobre o último, Dunn sustenta e fundamenta a antiga e consagrada tensão entre o “já e ainda não”, com especial destaque para a teologia paulina da salvação iniciada, mas ainda não completada.

Por fim, a conclusão de Dunn sobre esses aspectos escatológicos da salvação é que esse assunto é o mais desafiador e problemático de uma teologia do Novo Testamento.

O capítulo cinco é sobre a Igreja de Deus. Aqui Dunn nos conduz ao tema da espinhosa relação entre Israel e a Igreja, o diálogo judeu/cristão nos inícios do cristianismo. Para o autor, o fato de Israel continuar sendo um dado para o Novo Testamento é muito surpreendente, sobretudo, se levarmos em conta o fato de que no final do primeiro século o cristianismo embrionário, possivelmente, já era predominantemente gentio em sua composição (p. 143).

A partir da tese de que a teologia do Novo Testamento é uma teologização dos grandes temas da teologia judaica, Dunn apresenta os temas distintivos com os quais a igreja dialogou, mesmo após sua interação (para não dizer fusão) com categorias gregas filosóficas que conhecemos mais apropriadamente nas formulações credais clássicas a partir do século IV. Os temas são: a) A eleição de Israel; b) Separação, zelo e bênção; c) O facciosismo judeu e; d) A esperança escatológica de Israel.

Cada um destes temas, embora tratados brevemente, nos conduzem à uma releitura e reexame de questões centrais para a construção de uma teologia bíblica do Novo Testamento que emerge do texto em seu contexto, sem deixar de produzir influxos sobre temas sensíveis e fundamentais na atualidade, como, por exemplo, o conflito árabe-israelense.

A exemplo do que vem fazendo em todo o livro, Dunn demonstra como a agenda de Israel é ressignificada pelo Evento Cristo e a vinda do Espírito. A teologia herdada pelo autores do Novo Testamento sobre Israel é sintetizada por Dunn nos seguintes tópicos: a) A restauração de Israel; b) Jesus, gentios e “pecadores”; c) “Até mesmo nos gentios”; d) O cumprimento da missão de Israel; e) O corpo de Cristo; f) A substituição ou (re) definição de Israel?; g) Uma ou duas alianças?

De modo abrangente, Dunn demonstra como Jesus, Paulo e a igreja encarnam a missão de Israel no Antigo Testamento, incluindo a missão de ser “luz para os gentios”. O autor não contorna os textos que demonstram que Jesus tem uma missão “tímida” entre os gentios, quando comparada à missão paulina, e analisa histórica e contextualmente, como se deu o impulso missionário de uma religião (o cristianismo) surgida no seio de uma religião essencialmente não missionária como o judaísmo (p. 159-165).

O clímax do capítulo é a discussão sobre a substituição de Israel e a tradição *adversus judaeos*. Dunn revisita as fontes inspiradoras do antissemitismo na história do cristianismo, desde Justino Mártir até Martim Lutero. De acordo com Dunn,

“uma teologia do Novo Testamento não deve ignorar ou camuflar tal material perturbador” (p. 172).

O sexto e último capítulo, “As Saídas Éticas”, é uma discussão sobre o papel da lei de Israel no cristianismo. Dunn assevera que a pergunta: Como deve viver o povo de Deus? não é um adendo do Novo Testamento, mas uma parte integrante do mesmo. (p. 179). O autor faz um mapeamento da lei de Israel, demonstrando a abrangência do seu escopo, bem como suas implicações morais e sociais. O objetivo aqui é demonstrar que o principal propósito da lei para Israel era torná-lo distinto dos demais povos.

O capítulo também destaca a relação de Jesus e de Paulo com a lei. Dunn reconhece que esse é um assunto controverso. De maneira que, a partir da tradição de Jesus, é possível produzir diferentes atitudes em relação à lei. Um exemplo paradigmático é a relação dos primeiros cristãos com a observância do sábado. Textos como Rm 14.5 e Cl 2.16 refletem uma visão cristã de que o sábado não era diferente dos outros dias.

Sobre a relação de Paulo com a lei, Dunn sustenta que ela não é menos controversa. A fim de superar a tradicional dicotomia entre o legalismo e o antinomismo, ele defende que a ética paulina que emerge do evento Cristo e da vinda do Espírito é melhor descrita como uma “ética carismática” (p. 204).

A leitura paulina de Dunn quanto à obrigação dos cristãos guardarem a lei reflete sua posição consonante com as pesquisas de E. P. Sanders do papel da lei no judaísmo do segundo templo. Isso significa dizer que, se em Sanders temos a obediência à lei como um modo de permanecer na aliança (nomismo pactual), demonstrando gratidão pela salvação e eleição; para Dunn “é difícil evitar a conclusão de que a soteriologia de Paulo tem em si mesma uma tensão semelhante entre graça dada e obediência exigida” (p. 207).

A conclusão do autor é que uma teologia bíblica do Novo Testamento deve lidar com a totalidade de Paulo, e não apenas com aquelas passagens que se encaixam em uma grade formada a partir da seleção de textos paulinos.